

A TRANSIÇÃO DA HETERONOMIA PARA A AUTONOMIA NA PRÁTICA

Pietra Camargo Hentges ¹
Ricardo Orsato Oliveira ²
Rafaelle Ribeiro Gonçalves³

RESUMO

O relato de experiência, realizado por meio das práticas de Estágio Curricular Supervisionado I, na área de Ciências da natureza, em uma turma do 9º ano. Tal relato busca analisar a transição do desenvolvimento moral, da heteronomia para a autonomia, sob a ótica do estágio de observação. Em uma das aulas observadas, o professor regente propôs para a turma uma atividade de pesquisa em grupo sobre a dengue, para apresentarem na feira de ciências, este deveria conter dados da incidência da doença no estado e aspectos biológicos. Observou-se que durante a atividade a autonomia dos estudantes se manifestou de forma ambivalente. Pois, por um lado, havia indícios de um ambiente cooperativo, onde os alunos possuem uma relação de amizade e confiança com o professor, permitindo interações informais. Por outro, persistiam traços de heteronomia, evidenciados pela baixa participação voluntária e pela necessidade de advertências do docente para manter o cumprimento da tarefa. Conclui-se que a promoção da autonomia discente é um desafio contínuo que exige a superação de relações de coação em favor da cooperação e do diálogo, transformando a sala de aula em um espaço de formação democrática. Nesse contexto, percebe-se que a promoção da autonomia exige do educador a valorização da dimensão pessoal dos alunos, transformando a sala de aula em um espaço de formação crítica e democrática. Nesse sentido, a passagem da coação à cooperação representa um desafio central para a prática docente.

Palavras-chave: Autonomia, Cooperação, Diálogo coletivo, Heteronomia.

INTRODUÇÃO

A formação docente, exige a compreensão de que a sala de aula é um espaço de construção não apenas de conhecimentos científicos, mas também de valores, atitudes e relações sociais. Nesse sentido, o desenvolvimento atitudinal dos estudantes torna-se um elemento central para a promoção da autonomia e da formação democrática.

1 Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Farroupilha - IFF, pietra.2023010692@aluno.iffar.edu.br;

2 Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal Farroupilha - IFFar - PB, ricardo.2023010709@aluno.iffar.edu.br;

3 Professora Orientadora, Doutora em Ensino de Ciências e Matemática, Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia Farroupilha- Campus Panambi - IFFar-PB, rafaelle.goncalves@iffarroupilha.edu.br



Os documentos que orientam a Educação Básica no Brasil, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), estabelecem que a educação deve ir além da transmissão de conteúdos, contemplando também a formação ética dos estudantes. Nesse sentido, destaca-se a importância de promover, ao longo de toda a trajetória escolar, o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da formação cidadã, entendendo que esses aspectos devem perpassar as áreas do conhecimento.

De acordo com estudos sobre desenvolvimento ético, especialmente aqueles fundamentados em perspectivas construtivistas, a autonomia se desenvolve a partir de relações baseadas na cooperação, no respeito mútuo e no diálogo. À luz das contribuições de Piaget e Durkheim, compreende-se que o desenvolvimento ético ocorre a partir de dois tipos de relações sociais: as relações de coação, que reforçam a heteronomia ao impor regras de forma unilateral, e as relações de cooperação, que favorecem a autonomia ao promover o diálogo, o respeito mútuo e a construção coletiva de normas. Portanto, ambientes marcados pela coação tendem a reforçar a obediência passiva e a ausência de reflexão crítica.

Nesse contexto, o estágio supervisionado configura-se como um espaço formativo privilegiado, pois possibilita aos futuros docentes refletirem sobre suas práticas e sobre as relações interpessoais presentes na sala de aula.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar, a partir de um relato de experiência, como as relações interpessoais observadas em uma turma do Ensino Fundamental podem influenciar o desenvolvimento moral dos estudantes, especialmente no processo de transição da heteronomia para a autonomia.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, tendo como base um relato de experiência desenvolvido durante o Estágio Curricular Supervisionado em Ensino de Ciências.

O estudo foi realizado em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, em uma escola pública. A coleta de dados ocorreu por meio de observações participantes, registradas em diário de campo durante as aulas acompanhadas.

A análise empírica baseia-se na observação da turma, composta por adolescentes entre 14 e 16 anos. Embora o grupo seja comunicativo e mantenha uma relação de confiança com o professor, observa-se baixa participação voluntária nas aulas. A participação ocorre,



majoritariamente, em resposta às solicitações diretas do docente, o que indica a persistência de práticas marcadas pela heteronomia, como advertências e “puxões de orelha”.

Durante o período de estágio, foi observada uma atividade proposta pelo professor regente, que consistia na realização de uma pesquisa em grupo sobre a dengue, para ser apresentada em uma feira de ciências. A atividade envolvia levantamento de dados sobre a incidência da doença e aspectos biológicos.

A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar elementos relacionados às relações interpessoais, às práticas pedagógicas e às manifestações de autonomia e heteronomia dos estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento atitudinal pode ser compreendido como um processo construído a partir das interações sociais estabelecidas pelos indivíduos ao longo de suas experiências. Nesse sentido, Piaget (1998) destaca que o respeito às regras constitui um elemento central na formação ética das crianças, estando relacionado ao reconhecimento da autoridade adulta e à construção de sentimentos de respeito. Assim, muitas das relações vivenciadas na infância assumem um caráter de subordinação, no qual a vida social se organiza a partir da obediência a normas, conforme também apontado por Durkheim (2017). No entanto, mediante as relações de cooperação fundamentadas no respeito mútuo e no diálogo oportunizam ao indivíduo o desenvolvimento da autonomia.

A heteronomia caracteriza-se, portanto, pela aceitação das normas como absolutas e inquestionáveis, geralmente impostas por figuras de autoridade. Já a autonomia envolve a compreensão das regras como construções sociais, que podem ser discutidas, negociadas e internalizadas a partir da participação ativa dos sujeitos. Nesse sentido, Piaget (1977- 1998) compreende a moral como resultante das relações sociais, distinguindo dois modos principais de interação: a coação, que reforça a dependência, e a cooperação, que possibilita o desenvolvimento da autonomia.

Os estudos de Piaget também apontam que o desenvolvimento atitudinal ocorre em três estágios: anomia, heteronomia e autonomia. Na anomia, há ausência de compreensão das regras; na heteronomia, estas são vistas como leis fixas e imutáveis. Nesse estágio, as crianças tendem a julgar as situações a partir de seus próprios interesses e apresentam dificuldades em considerar o ponto de vista do outro, devido ao egocentrismo característico desse período, o que não significa egoísmo, mas sim uma característica cognitiva onde a criança tem



dificuldade em se colocar no lugar do outro ou em perceber que existem perspectivas diferentes da sua (QUEIROZ e LIMA, 2010).

Assim, nesse estágio, a criança percebe as regras como leis inquestionáveis e absolutas, geralmente impostas por adultos que ela vê como figuras de autoridade superior. Ela ainda não consegue ver a regra como um "acordo" feito entre pessoas para facilitar a convivência (ALVES, 2019).

Já no estágio da autonomia, espera-se que o indivíduo seja capaz de considerar diferentes perspectivas e elementos da realidade ao tomar decisões. Diferente do estágio anterior onde as regras são vistas como leis inquestionáveis impostas por autoridades, na autonomia elas passam a ser compreendidas como acordos sociais. As normas passam a ser entendidas como acordos sociais que orientam a convivência humana (PIAGET, 1977).

Desta forma, esse processo ocorre gradualmente, à medida que crianças e adolescentes ampliam suas experiências sociais e entram em contato com diferentes pontos de vista, favorecendo a descentração e a construção de relações mais equilibradas. Isso indica o fim do egocentrismo, agora a pessoa consegue sair do seu próprio ponto de vista para entender as necessidades, desejos e opiniões dos outros antes de tomar uma decisão. Nessa perspectiva, a autonomia emerge em contextos que valorizam o diálogo, a reciprocidade e o respeito mútuo (ALVES, 2019).

No contexto escolar, a promoção da autonomia está diretamente relacionada à criação de ambientes que incentivem a participação ativa dos estudantes, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento. Dessa forma, o professor assume um papel que vai além da transmissão de conteúdos, atuando como mediador das relações e incentivador do pensamento crítico.

Além disso, a formação docente deve contemplar espaços de reflexão sobre a prática pedagógica, possibilitando que os professores compreendam a relevância das relações interpessoais no processo de ensino e aprendizagem, bem como seu impacto no desenvolvimento moral dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos por meio das observações revelam que os estudantes demonstram maior engajamento em aulas práticas realizadas no laboratório, as quais atribuem mais sentido ao conteúdo trabalhado.

Ainda assim, a dificuldade em perceber a relevância do componente curricular evidencia que a construção da autonomia exige não apenas metodologias diferenciadas, mas o



fortalecimento de relações cooperativas que incentivem o protagonismo discente e a participação consciente no processo de aprendizagem.

A análise das observações realizadas durante o período de estágio evidenciou a presença simultânea de elementos que favorecem tanto o desenvolvimento da autonomia quanto da heteronomia dos estudantes, revelando a complexidade das relações estabelecidas no contexto da sala de aula.

Inicialmente, observou-se um ambiente marcado por relativa proximidade entre professor e alunos, caracterizado por interações informais e relações de confiança. Esse aspecto contribuiu para a construção de um clima mais acolhedor, no qual os estudantes demonstravam maior abertura para a comunicação. Tais características aproximam-se de um modelo de relação pautado na cooperação, no qual o diálogo e o respeito mútuo se tornam elementos centrais para o desenvolvimento moral. Nesse sentido, ambientes que favorecem a escuta e a participação tendem a ampliar as possibilidades de construção da autonomia, uma vez que os estudantes passam a se reconhecer como sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

Entretanto, apesar desses aspectos positivos, foram identificadas práticas pedagógicas que ainda reforçam a heteronomia. Observou-se a necessidade constante de intervenção do professor para garantir o andamento das atividades, o que evidencia uma dependência significativa dos estudantes em relação à autoridade docente. Essa dependência se manifesta, sobretudo, na dificuldade de organização autônoma das tarefas e na baixa iniciativa por parte dos alunos. Tais elementos indicam a permanência de uma cultura escolar baseada na centralização das decisões e no controle das ações, o que limita o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia.

No que se refere à participação dos estudantes, verificou-se que, em muitos momentos, esta ocorria de forma passiva, com pouca manifestação espontânea de ideias ou questionamentos. Essa postura pode estar relacionada a experiências escolares anteriores marcadas por relações de coação, nas quais os estudantes se acostumam a assumir um papel de receptores do conhecimento. Nesse contexto, a ausência de protagonismo discente não deve ser compreendida apenas como desinteresse, mas também como resultado de práticas pedagógicas que historicamente não incentivaram a participação ativa.

Durante a realização da atividade em grupo, foram identificados indícios de comportamentos autônomos, como a divisão de tarefas, a colaboração entre os colegas e a tentativa de organização do trabalho coletivo. Esses momentos demonstram que, quando inseridos em situações que exigem interação e responsabilidade compartilhada, os estudantes



apresentam potencial para desenvolver atitudes mais autônomas. No entanto, tais comportamentos não se mostraram predominantes, sendo frequentemente interrompidos por momentos de dispersão, desinteresse ou dependência do professor para dar continuidade às atividades.

A coexistência dessas diferentes formas de atuação evidencia que o desenvolvimento da autonomia não ocorre de maneira linear ou homogênea. Ao contrário, trata-se de um processo dinâmico, influenciado pelas condições do ambiente escolar, pelas práticas pedagógicas e pelas relações estabelecidas entre os sujeitos. Nesse sentido, a presença simultânea de práticas de cooperação e de coação revela que a sala de aula se configura como um espaço de tensões, no qual diferentes concepções de ensino e aprendizagem coexistem.

Dessa forma, os resultados indicam que a promoção da autonomia exige mais do que a simples proposição de atividades em grupo ou a flexibilização das relações em sala de aula. É necessário um movimento intencional por parte do professor no sentido de construir práticas pedagógicas que incentivem o diálogo, a participação e a reflexão crítica. Isso implica repensar o papel docente, deslocando-o de uma posição centralizadora para uma atuação mediadora, capaz de favorecer a construção coletiva do conhecimento.

Além disso, torna-se fundamental reconhecer que a autonomia é construída gradualmente, a partir de experiências que valorizem a escuta, a negociação de regras e o respeito às diferentes perspectivas. Nesse processo, o erro, a dúvida e o conflito também assumem papel formativo, pois contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico e da tomada de decisões.

Por fim, os achados deste estudo reforçam a importância de se promover ambientes educativos que articulem relações cooperativas e práticas pedagógicas intencionais, de modo a possibilitar o desenvolvimento moral dos estudantes. Assim, a sala de aula pode se constituir como um espaço efetivamente formativo, no qual a autonomia não seja apenas um objetivo teórico, mas uma prática vivenciada cotidianamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, conclui-se que o desenvolvimento da autonomia dos estudantes está diretamente relacionado à qualidade das relações interpessoais estabelecidas no contexto escolar. Nesse sentido, a sala de aula não pode ser compreendida apenas como um espaço de transmissão de conteúdos, mas como um ambiente formativo no qual valores, atitudes e modos de convivência são constantemente construídos e ressignificados.



Os dados evidenciaram que, embora existam avanços no sentido da construção de relações mais cooperativas e dialógicas, ainda persistem práticas pedagógicas que reforçam a heteronomia, como a centralização das decisões no professor e a dependência dos estudantes em relação às orientações docentes. Tal cenário demonstra que a promoção da autonomia não ocorre de forma imediata, mas constitui um processo gradual, complexo e diretamente condicionado pelas experiências vivenciadas no ambiente escolar.

Nesse contexto, o estágio supervisionado revelou-se um espaço formativo de grande relevância, pois possibilitou não apenas a observação da realidade escolar, mas também a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e sobre o papel do professor na mediação das relações em sala de aula. A vivência no estágio permitiu compreender que a construção de ambientes mais democráticos depende de intencionalidade pedagógica, sensibilidade docente e abertura para o diálogo.

Dessa forma, destaca-se a necessidade de que os educadores adotem práticas que valorizem a participação ativa dos estudantes, promovam o respeito mútuo e incentivem a construção coletiva do conhecimento. Isso implica repensar modelos tradicionais de ensino, que ainda privilegiam a passividade discente, e investir em estratégias que estimulem o protagonismo, a autonomia e o pensamento crítico.

Além disso, é fundamental reconhecer que a formação docente desempenha papel central nesse processo. Professores que vivenciam experiências formativas baseadas no diálogo, na reflexão e na cooperação tendem a reproduzir essas mesmas práticas em sala de aula, contribuindo para a construção de uma educação mais significativa e transformadora.

Por fim, ressalta-se a importância da realização de novas pesquisas que aprofundem a compreensão sobre o desenvolvimento atitudinal no contexto do Ensino de Ciências, especialmente no que se refere às relações interpessoais e às práticas pedagógicas que favorecem a autonomia. Também se faz necessária a ampliação de propostas educativas que articulem teoria e prática, possibilitando a construção de ambientes escolares mais participativos, inclusivos e comprometidos com a formação integral dos estudantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à escola que me acolheu durante o período de estágio, ao Instituto Federal Farroupilha e aos alunos pela participação e pelas aprendizagens compartilhadas ao longo do estágio, fundamentais para a realização deste trabalho.



REFERÊNCIAS

Alves, S. S. C. (2019). Piaget e Freire: aspectos do desenvolvimento moral. *Schème Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, 11(1), 54–97. <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/scheme/article/view/9387>

Durkheim, E. (2017). *A educação moral*. Vozes Limitada.

Ministério da Educação (MEC) (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>

Ministério da Educação (MEC) (2018). *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>

Piaget, J. (1977). *O juízo moral na criança*. Zahar. (Original publicado em 1932).

Piaget, J. (1998). Os procedimentos da educação moral. In S. Parrat, & A. Tryphon (Orgs), *Jean Piaget — sobre a Pedagogia: Textos inéditos* (pp. 25–58). Casa do Psicólogo.

Queiroz, K. J. M., & Lima, V. A. A. (2010). Método Clínico piagetiano nos estudos sobre Psicologia Moral: o uso de dilemas. *Schème-Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, 3(5), 110–131. <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2010.v3n5.1970>

